

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.288 - SP (2019/0308826-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : **LUANN EMMANOEL AGUIA DOS SANTOS BORGES**
OUTRO NOME : **LUAN EMMANUEL AGUIAR DOS SANTOS BORGES**
ADVOGADO : **RAFAEL FORTES ALMEIDA - SP381292**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TORTURA. PRISÃO PREVENTIVA. INTEGRANTES DO PCC. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.

Recurso improvido.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **Luann Emmanoel Aguia dos Santos Borges** contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 2144810-73.2019.8.26.0000 - fls. 160/174), que manteve a prisão preventiva decretada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Guarujá/SP, em virtude da suposta prática dos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico, organização criminosa e tortura (Processo n. 1004906-65.2019.8.26.0223 - fls. 57/60).

O recorrente sustenta a ausência de fundamentação idônea na decisão que decretou a custódia, que teria sido baseada apenas na gravidade abstrata do delito. Alega ser primário e possuir residência fixa e trabalho lícito. Aduz que, mesmo em caso de eventual condenação, *fará jus a benefício que afastará o cumprimento da reclusão* (fl. 180). Nestes termos, pretende a revogação da prisão. Subsidiariamente, pretende a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Liminar indeferida (fls. 208/211), informações prestadas (fls. 217/218), o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso, em parecer assim ementado (fl. 225):

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. Tráfico de drogas e associação para o tráfico. Organização criminosa. Tortura. Prisão preventiva. Alegado constrangimento ilegal. Inocorrência. Decreto de prisão cautelar amparado nas peculiaridades do caso, que demonstram o alto grau de periculosidade do Recorrente e demais acusados, integrantes de expressiva organização criminosa,

bem como risco concreto de reiteração delitiva, em razão de seus registros criminais anteriores. Parecer pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

De acordo com reiteradas decisões desta Corte Superior, as prisões cautelares são medidas de índole excepcional, somente podendo ser decretadas ou mantidas caso demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a efetiva imprescindibilidade de restrição ao direito constitucional à liberdade de locomoção.

No caso, o Juízo singular decretou a custódia, nos seguintes termos (fl. 59/60 - grifo nosso):

De rigor a decretação da prisão preventiva dos acusados.

De fato encontram-se presentes os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal - prova da materialidade, indícios suficientes de autoria e necessidade da prisão preventiva como garantia da ordem pública violada, revelando-se inadequadas medidas cautelares diversas da prisão.

Com efeito, a denúncia atribui aos acusados **crime de organização criminosa, tráfico de drogas e associação para o tráfico e sequestro**, delitos gravíssimos e que causam clamor popular, trazendo desassossego à comunidade local.

Presentes fortes indícios de que **os denunciados façam parte de associação criminosa voltada à prática habitual de tráfico de drogas**, de modo que, no resguardo da ordem pública, faz-se imperiosa a custódia, pois há sérios riscos das atividades ilícitas serem retomadas com a permanência dos acusados em liberdade.

Dessa forma, observa-se que a periculosidade dos envolvidos parece evidente e, além de causar enorme intranquilidade social, demonstra a necessidade da prisão para garantia da ordem pública.

Na hipótese, **está presente a gravidade *in concreto* dos fatos a ensejar o resguardo da ordem pública, porquanto os acusados seriam integrantes de facção criminosa conhecida como Primeiro Comando da Capital - PCC, supostamente responsáveis por promover, dentre outros delitos, o tráfico de drogas em Guarujá/SP, em Bertioga/SP e regiões adjacentes, movimentando ilegalmente substâncias entorpecentes, armas e valores.**

De acordo com as investigações levadas a efeito pelo GAECO por meio de interceptação telefônica devidamente autorizada judicialmente, foi identificada uma complexa associação criminosa voltada à prática reiterada do tráfico ilícito de entorpecentes em Guarujá e municípios limítrofes.

Nos diálogos transcritos nos relatórios de interceptação telefônica não há dúvidas quanto ao tema tratado pela organização criminosa: tráfico ilícito de entorpecentes, sequestro e cárcere privado, ameaça, e até mesmo homicídio contra policiais militares.

Encontram-se suficientemente demonstradas pelo requerente, pois, a necessidade e a adequação de continuidade das investigações quanto aos graves crimes praticados pelos investigados. Em relação ao crime de associação para o tráfico, os áudios captados e suas respectivas transcrições revelaram diversos indivíduos (alguns deles ainda não identificados) **possivelmente associados**

entre si para o fim comum de distribuir drogas na região, com divisão de tarefas entre seus membros, relação de hierarquia entre os investigados e aplicação de 'normas disciplinares' pelo chamado "Tribunal do Crime".

Além disso, alguns dos alvos possuem vasta ficha criminal, muitos dos quais, com envolvimento anterior específico com tráfico de drogas, além de outros tipos penais de natureza grave (homicídio, roubo). Aliás, a quase totalidade dos interlocutores identificados ostenta antecedentes criminais inclusive por tráfico ilícito de entorpecente e roubos, como se vê a fls. 313/318, 320/325, 327/334, 336/337, 339/340, 342/346 e 348/351, o que constitui motivação suficiente para considerar a probabilidade de um comportamento delitivo contumaz por partes dos acusados.

O Tribunal de origem, por sua vez, afastou qualquer ilegalidade na prisão, sob a seguinte fundamentação (fl. 167/169):

Todavia, no caso dos autos, há necessidade da segregação do paciente, tendo em vista que até o presente momento o mandado de prisão expedido em seu desfavor não restou cumprido.

S. Exa., o MM. Juiz, cf. esclarecimentos judiciais prestados aguarda o decurso do prazo da citação por edital do paciente, tendo em vista que já constituiu Advogado e apresentou resposta escrita à acusação.

[...]

Sem prejuízo, a r. deliberação que decretou a prisão preventiva do ora paciente (fls. 57/60), destacou a necessidade da segregação para a garantia da ordem pública e evitar a reiteração delitiva, tendo em vista que o paciente supostamente integraria o organização criminosa responsável pela comercialização de tóxicos em cidades do litoral paulista.

Como se vê, a decisão que decretou a prisão preventiva está motivada, principalmente, na *gravidade in concreto dos fatos a ensejar o resguardo da ordem pública, porquanto os acusados seriam integrantes de facção criminosa conhecida como Primeiro Comando da Capital - PCC, supostamente responsáveis por promover, dentre outros delitos, o tráfico de drogas em Guarujá/SP, em Bertioga/SP e regiões adjacentes, movimentando ilegalmente substâncias entorpecentes, armas e valores*, sendo que *não há dúvidas quanto ao tema tratado pela organização criminosa: tráfico ilícito de entorpecentes, sequestro e cárcere privado, ameaça, e até mesmo homicídio contra policiais militares* (fls. 59/60), havendo ainda menção à ações penais em andamento, ou seja, fundamentação idônea e harmônica com o entendimento desta Casa sobre o tema.

Com efeito, *a prisão preventiva está justificada, pois a decisão que a impôs*

fez referência ao fato de a ora paciente ser membro, em tese, de organização criminosa especializada na prática de tráfico de drogas ligada ao grupo Primeiro Comando da Capital - PCC. Assim, a prisão se faz necessária para garantir a ordem pública, evitando o prosseguimento das atividades criminosas desenvolvidas. 3. Conforme magistério jurisprudencial do Pretório Excelso, "a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (STF, Primeira Turma, HC n. 95.024/SP, relatora Ministra Cármen Lúcia, DJe 20/2/2009) (HC n. 510.340/SC, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 01/07/2019).

No mesmo sentido:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DO FATO E REITERAÇÃO DELITIVA DA AGENTE. PRISÃO DOMICILIAR. FILHA DE DOIS ANOS. HC COLETIVO N. 143.641/SP DO STF. PEDIDO DEFERIDO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO EM PARTE. *WRIT* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. A prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

2. **Hipótese em que a custódia cautelar está suficientemente fundamentada na garantia da ordem pública, diante da gravidade dos fatos e da reiterada conduta delitiva da agente. Segundo consta, a paciente é apontada como integrante de um dos núcleos da associação criminosa denominada PCC, responsável pela comercialização de grande quantidade de drogas na cidade de Jardinópolis/SP. Foi destacada, também, a sua participação atuante tanto no comércio de drogas, quanto no "cadastros de integrantes do PCC e cobranças de dívidas da facção", bem como o registro de condenação anterior pelo delito de corrupção ativa.**

[...]

7. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para substituir a segregação cautelar imposta à paciente por prisão domiciliar.

(HC n. 528.382/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 19/11/2019 - grifo nosso).

Ademais, a jurisprudência desta Corte de Justiça é firme ao asseverar que a existência de inquéritos, ações penais em curso ou condenações definitivas denotam o

Superior Tribunal de Justiça

risco de reiteração delitiva e, assim, constituem também fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar" (RHC n. 76.929/MG, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 29/11/2016) – (HC n. 415.653/RJ, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 9/8/2018).

Além disso, nos termos do entendimento desta Casa, eventuais condições pessoais favoráveis não possuem o condão de, isoladamente, conduzir à revogação da prisão preventiva.

Registro, ainda, que, concretamente demonstrada pelas instâncias ordinárias a necessidade da custódia, não se afigura suficiente a fixação de medidas cautelares alternativas.

Por fim, assevero que *não se pode dizer que a medida é desproporcional em relação a eventual condenação que poderá sofrer ao final do processo, pois, em sede de habeas corpus, inviável concluir que ao réu será imposto regime menos gravoso que o fechado ou deferida a substituição de penas, especialmente em se considerando as particularidades do delito denunciado* (RHC n. 108.067/MG, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 12/4/2019).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator